

Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Contas de Minas Gerais.

JOSÉ LEONARDO, brasileiro, casado, contador, portador da Carteira de Identidade CRC/MG nº 70.998 e CPF: 846.231.366-04, com endereço comercial à Rua João Antônio de Almeida, nº 126, Bairro Novo Cruzeiro, Município de São João do Oriente/MG, vem, nos termos do art. 301 do Regimento Interno do Tribunal de Contas de Minas Gerais (Resolução nº 12/2008), apresentar denúncia de suposta irregularidade no edital do pregão presencial nº 09/2021, promovido pela Prefeitura Municipal de Santa Maria de Itabira/MG, pelos fatos e fundamentos a seguir:

## DOS FATOS

Após ter conhecimento do edital do PP 09/2021 promovido pela Prefeitura Municipal de Santa Maria de Itabira/MG, objetivando a contratação de empresa para prestação de serviços de assessoria e consultoria para o controle interno em auditoria contábil dos procedimentos administrativos pretéritos e futuros, enviei pedido solicitando a retificação do edital para que pessoas físicas também pudessem participar do certame.

No entanto, o pedido foi negado, cuja transcrição segue abaixo:

**“Prezado Senhor José Leonardo,**

**De acordo com o item 10.1.3 do edital do presente processo licitatório, os esclarecimentos deverão ser prestados no prazo de 24 (vinte e quatro) horas a contar do recebimento, portanto, a presente resposta encontra-se tempestiva.**

**Quanto ao mérito do presente pedido de esclarecimento, ressaltamos que o edital não previu a possibilidade de contratação de pessoa física, uma vez que a Administração Pública possui autonomia, em razão do**

**seu poder discricionário de, observados os requisitos legais, analisar o tipo da prestação de serviços que melhor lhe atenda.”**

Logo em seguida, e em complementação ao pedido anterior enviei pedido de impugnação do edital - cuja cópia segue em anexo – da qual obtive resposta negativa.

## DO DIREITO

O direito de participar de certames licitatórios cujos objetos possam ser executados por pessoa jurídica ou pessoa física está garantido no art. 5º da CF/88, que já no caput coloca todos os brasileiros em situação de igualdade perante os Poderes legalmente constituídos.

**“Art. 5º - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:”**

Já o art. 37, caput, da mesma Carta Magna diz que a Administração Pública obedecerá aos princípios da legalidade e impessoalidade.

**“Art. 37 - A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:”**

As normas gerais para contratações estão grafadas no art. 37, inciso XXI, que assegura igualdade de condições a todos os concorrentes, nos termos da lei nº 8.666/93.

**“Art. 37 - ...**

**XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômicas indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.”**

Conforme acima exposto, a igualdade de condições para contratar com a Administração Pública está exhaustivamente garantida no texto constitucional, não cabendo àquele que exerce mandato eletivo nem aos seus subordinados escolher a quem a lei se aplica, uma vez que tal competência é privativa do Congresso Nacional.

Já o estatuto das licitações públicas (Lei nº 8.666/93), traz no art. 9º a vedação quanto à participação de pessoas físicas e jurídicas, mas de forma exhaustiva, não cabendo ao Administrador ampliar o rol de pessoas impedidas, sob pena de estar descumprindo o texto da própria lei.

A redação do art. 9º da Lei nº 8.666/93, veda a participação pessoas físicas e jurídicas diretamente envolvidas na preparação e condução dos processos licitatórios, não permitindo interpretação extensiva do seu enunciado.

**“Art. 9º - Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução de obra ou serviço e do fornecimento de bens a eles necessários:**

**I - o autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica;**

**II - empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado;**

**III - servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.**

**§ 1º É permitida a participação do autor do projeto ou da empresa a que se refere o inciso II deste artigo, na licitação de obra ou serviço, ou na execução, como consultor ou técnico, nas funções de fiscalização, supervisão ou gerenciamento, exclusivamente a serviço da Administração interessada.**

**§ 2º O disposto neste artigo não impede a licitação ou contratação de obra ou serviço que inclua a elaboração de projeto executivo como encargo do contratado ou pelo preço previamente fixado pela Administração.**

**§ 3º Considera-se participação indireta, para fins do disposto neste artigo, a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial,**

**econômica, financeira ou trabalhista entre o autor do projeto, pessoa física ou jurídica, e o licitante ou responsável pelos serviços, fornecimentos e obras, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários.**

**§ 4º O disposto no parágrafo anterior aplica-se aos membros da comissão de licitação.”**

Ora, os serviços que a Prefeitura Municipal de Santa Maria do Itabira pretende contratar por meio do pregão presencial nº 009/2021, podem ser executados tanto por pessoa jurídica como por pessoa física e não se enquadra em nenhuma das exceções do art. 9º da Lei nº 8.666/93.

## **DO PEDIDO**

Por tudo o que acima foi exposto, e considerando a decisão desta Corte de Contas no processo nº 944.792, requeiro nos termos do art. 267 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas:

1. A suspensão do processo nº 12/2021 - PP nº 09/2021, na fase em que se encontra;
2. Seja determinada alteração do edital permitindo a participação de pessoas físicas para execução do objeto pretendido.

Nestes termos.  
Pede Deferimento.

São João do Oriente/MG, 03 de março de 2021.

José Leonardo  
CPF: 846.231.366-04